



A Crítica de Oakeshott ao racionalismo moderno

Iann Endo Lobo¹, Cristian Sparemberger²

¹ Doutorando em Ciência Política, PPGSP-UFSC, Programa de Pós-Graduação em Política - Universidade Federal de Santa Catarina.

Sociologia e Ciência

² Doutorando em Ciência Política, PPGSP-UFSC, Programa de Pós-Graduação em Política - Universidade Federal de Santa Catarina.

Sociologia e Ciência

RESUMO: O artigo examina a crítica de Michael Oakeshott ao racionalismo moderno, que ele vê como uma abordagem simplista e problemática da política. O objetivo do artigo é duplo: primeiro, analisar o diagnóstico, as origens históricas e as críticas de Oakeshott ao racionalismo moderno; segundo, apresentar a utilidade da reflexão de Oakeshott para a teoria política e a prática contemporânea. Para isso, a análise é baseada na leitura crítica das obras de Oakeshott, destacando suas reflexões sobre o racionalismo moderno. Apresentamos como, para o autor, o racionalismo moderno desconfia de toda autoridade que não seja baseada na razão racionalista. Superestima, assim, a capacidade da razão para criar novas formas de sociedade e resolver todos os problemas. Os desafios decorrentes dessa perspectiva incluem uma visão tecnocrática e idealista da política, que pode levar ao despotismo e à tirania. Após investigar como se dá o processo de consolidação histórico e seus principais desdobramentos para o pensamento ocidental, segundo o autor, o artigo argumenta como a reflexão de Oakeshott pode ser um lembrete sobre a necessidade de equilibrar a racionalidade técnica com a sabedoria prática para manter a dignidade da vida humana e a liberdade de pensamento.

PALAVRAS-CHAVE: TÉCNICA, POLÍTICA, CÉTICISMO.

ABSTRACT: The article examines Michael Oakeshott's critique of modern rationalism, which he sees as a simplistic and problematic approach to politics. The article has a dual objective: first, to analyze Oakeshott's diagnosis, historical origins, and criticisms of modern rationalism; second, to present the utility of Oakeshott's reflection for contemporary political theory and practice. To this end, the analysis is based on a critical reading of Oakeshott's works, highlighting his reflections on modern rationalism. We show how, for the author, modern rationalism distrusts any authority that is not based on rationalist reason. It thus overestimates the capacity of reason to create new forms of society and solve all problems. The challenges arising from this perspective include a technocratic and idealistic view of politics, which can lead to despotism and tyranny. After investigating the process of historical consolidation and its main consequences for Western thought, according to the author, the article argues how Oakeshott's reflection can serve as a reminder of the need to balance technical rationality with practical wisdom to maintain the dignity of human life and freedom of thought.

KEYWORDS: TECHNIQUE; POLITICS; SKEPTICISM

¹ Doutorando em Ciência Política, PPGSP-UFSC, Programa de Sociologia e Ciência Política - Universidade Federal de Santa Catarina.

² COMPLETAR



INTRODUÇÃO

A crítica de Michael Oakeshott ao racionalismo moderno apresenta uma perspectiva única e fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas. No centro de sua argumentação está a ideia de que o racionalismo moderno simplifica excessivamente a complexidade da vida social e política. Essa visão, segundo Oakeshott, subestima a importância do conhecimento prático e da tradição, elementos essenciais para uma política equilibrada e prudente. A análise de suas reflexões proporciona uma lente crítica através da qual podemos avaliar as limitações e os perigos do racionalismo técnico, particularmente em sua tendência a desconsiderar a complexidade da prática política e subestimar a relevância da sabedoria prática.

Este artigo tem como objetivo principal explorar o diagnóstico de Oakeshott sobre o racionalismo moderno, suas origens históricas e as críticas por ele apresentadas. A primeira parte do estudo se concentra na análise detalhada das ideias de Oakeshott, rastreando a evolução do racionalismo desde seus primórdios com pensadores como Nicolau Maquiavel, Francis Bacon e René Descartes até suas manifestações contemporâneas. Através dessa investigação, buscamos compreender como essas ideias foram desenvolvidas e como influenciaram a prática política ocidental. Oakeshott identifica um padrão de pensamento que privilegia a racionalidade técnica em detrimento da sabedoria prática, levando a uma abordagem tecnocrática da política.

Na segunda parte, o artigo conclui a respeito da relevância das críticas de Oakeshott para a teoria política e a prática contemporânea. Argumentamos que a reflexão de Oakeshott serve como um importante lembrete da necessidade de equilibrar a racionalidade técnica com a sabedoria prática. Em um mundo onde as soluções tecnológicas e a eficiência são frequentemente exaltadas, a abordagem de Oakeshott enfatiza a importância de reconhecer e valorizar o conhecimento prático acumulado ao longo do tempo. Esse equilíbrio é vital para garantir a dignidade da vida humana e preservar a liberdade de pensamento, evitando os perigos do despotismo e da tirania tecnocrática.



METODOLOGIA

A metodologia deste artigo baseia-se na leitura crítica e análise das principais obras de Michael Oakeshott, focando especialmente em *Rationalism in Politics*, onde ele expõe suas críticas ao racionalismo moderno. Através de uma abordagem histórica, contextualizamos as ideias de Oakeshott dentro do desenvolvimento do pensamento ocidental. Adicionalmente, empregamos uma abordagem comparativa, confrontando as críticas de Oakeshott com as ideias de pensadores como Nicolau Maquiavel Francis Bacon, René Descartes, Karl Marx e Friedrich Engels. Esta comparação evidencia as particularidades das críticas de Oakeshott e sua relevância para a teoria política contemporânea, destacando a necessidade de equilibrar a racionalidade técnica com a sabedoria prática.

Diagnóstico e crítica do racionalismo moderno

Michael Oakeshott, historiador das ideias políticas e filósofo inglês, levou a cabo, ao longo de sua obra, uma profunda reflexão a respeito dos limites da racionalidade humana enquanto meio de controle da sociedade e da política. Não é que Oakeshott abrace o irracionalismo ou o retorno ao estado de natureza. Em verdade, ele é um filho do ceticismo inglês cuja paternidade remonta a David Hume^[3] e Edmund Burke^[4]. Daí que sua dúvida a respeito do otimismo racionalista moderno derive de uma noção da natureza da política pautada pela experiência e pelo costume. Isso significa que as instituições, valores e vínculos que conformam as estruturas de convivência social são fruto da ação anônima de muitas gerações e do acúmulo da experiência histórica de incontáveis agentes.

Assim, Oakeshott foi um grande crítico da perspectiva racionalista moderna presente no que chamamos acima de Positivismo. A doutrina positivista, seguindo Oakeshott, partiria dos pressupostos intelectuais deficientes que pairam sobre a prática e a teoria política do Ocidente desde o século XVII (2016, p. 57). Esse modo de compreensão da política deficiente é o que o filósofo chamou de Racionalismo moderno. Quais suas características e origem?



Oakeshott argumenta que o Racionalismo na política é uma das mais potentes veias intelectuais e práticas da Europa moderna, sendo presente em todos os partidos e matizes políticas. Ele é diferente dos racionalismos do passado e sua característica, provavelmente a principal, é a dúvida a respeito de toda autoridade que não aquela fundada na razão racionalista. Isto, é, ele desacredita da autoridade dos costumes, da tradição e do hábito. Além disso, essa descrença de tudo, exceto a própria razão, é acompanhada de um otimismo na própria capacidade do racionalista de fundar algo novo, um novo projeto para a nova sociedade e novos modos de vida, por exemplo. É, em parte, por isso que Oakeshott chama, de forma aparentemente paradoxal, a política racionalista de “política da fé”, a fé na própria razão como meio de redenção dos males do mundo (OAKESHOTT, 2018). Desse modo, argumenta o autor, que “o racionalista nunca duvida do poder de sua ‘razão’ (quando devidamente aplicada) para determinar o valor de alguma coisa, a verdade de uma opinião ou a propriedade de determinada ação” (2016, p. 17). Além disso, o tipo racionalista é universalista, ao mesmo tempo que individualista. Ele pode combinar as duas coisas ao passo que crê na capacidade de cada um de utilização de sua razão, na mesma medida em que pressupõe que cada um utilizando de sua razão deve alcançar as mesmas conclusões que ele. Por fim o racionalista é um tipo de empirista, ele crê na experiência, não na experiência do passado que toma forma na tradição dos costumes e instituições presentes, mas na sua própria experiência de sujeito emancipado e racional.

A soma dessas e de outras características menores emprestam ao racionalista um modo de ser específico quando adentra o campo da política. Primeiro, ele ingressa na política com os olhos de um engenheiro. Dessa perspectiva os problemas políticos são destrinchados desde a mentalidade da solução técnica. Assim, diz Oakeshott (2016, p. 23), “o caráter que o racionalista clama para si é o de engenheiro, cuja mente (supostamente) é controlada o tempo todo pela técnica apropriada a cada situação”, de tal forma que a assimilação da política com a engenharia “é justamente o que se pode denominar de política racionalista”.

Somado a essa mentalidade, o racionalismo político moderno ainda dispõe de dois outros gostos, o perfeccionismo e a uniformidade. O primeiro, faz com que o racionalista se incline para o credo da “erradicação da imperfeição”, de modo que é inconcebível a ele “uma política que não consista em resolver problemas, ou um problema político o qual não tenha solução racional” (OAKESHOTT, p. 25). Já o segundo ponto, o predispõe a aceitar que “o



remédio para cada mal em particular é tão universal em sua aplicação quanto o é em sua concepção racional” (*ibidem*).

Em síntese, podemos dizer que, para Oakeshott, a análise do tipo ideal do racionalista e seu intercâmbio com a política se prestam, em última instância, a demonstrar a incompatibilidade, ou, ao menos, a assimetria, existente entre o terreno da política e a mentalidade racionalista. O campo da política é para Oakeshott constituído pelo elemento do contingente e do transitório. De modo que não basta uma racionalidade técnica para acessá-lo, esmiuçá-lo e operá-lo, é preciso antes um tipo de sabedoria prática, sensível aos elementos que estão em jogo em cada problema político, a fim de encontrar uma medida razoável (ainda que seja muito difícil fazê-lo) para cada situação específica. Por isso, é possível aproximar Aristóteles e Oakeshott nesse ponto. O filósofo estagirita, havia dividido o conhecimento técnico, *Tekhne*, necessário para as artes e atividades produtivas, do conhecimento necessário ao fazer político, a virtude da moderação, a *Phronesis*^[5]. Daí o ceticismo de Oakeshott a respeito da capacidade técnico racional do saber humano, um aspecto de seu pensamento que o coloca em claro contraste com o que acima chamamos de positivismo.

Para esclarecer o conhecimento técnico, portanto, é preciso recorrer ao contraste, desenhado por Oakeshott, com o tipo distinto de conhecimento, o conhecimento prático. Ambos são importantes e necessários para todas as atividades humanas, porém, Oakeshott percebe a tendência racionalista de sobrevalorizar o conhecimento técnico sobre o conhecimento prático. O saber técnico tem a ver com o conhecimento disponível em manuais, a exemplo de um livro de receitas culinárias ou de um manual de instruções de como dirigir um carro, logo, é passível de ser apresentado em forma de normas claras, gerais e relativamente simples; o saber prático escapa a sistematização e formulação claras, sua sutileza só pode ser aprendida pelo uso e pela prática e não pode ser reduzido a forma manualesca, daí a impressão que passa de ser impreciso, o que não significa que seja uma forma de conhecimento inválida. A aparência de imprecisão “significa unicamente”, argumenta o autor, “que o método pelo qual pode ser compartilhado e com isso transformado em conhecimento comum não pertence ao método de uma doutrina formulada” (2016, p. 30-1). Daí que o autor também o chame, por vezes de *conhecimento tradicional* e acrescente que, “a maestria em toda habilidade, a busca por qualquer atividade concreta é impossível



sem ele” (*ibidem*). Todo agir humano excelente depende, pois, da combinação dos dois tipos de conhecimento.

O cerne do problema reside no fato que o racionalista estrito descarta qualquer tipo de conhecimento que não o técnico. “A soberania da razão”, escreveu Oakeshott, “significa a soberania da técnica” (2016, p. 37). Isso conduz em termos políticos ao pendor pela ideologia como elemento de compreensão da política, dado que a ideologia fornece de modo manualesco, diretrizes de ação e fórmulas de práticas políticas simples, diretas e inteligíveis a qualquer um, não importando capacidade intelectual, ou, experiência prática.

Como historiador do pensamento político, Oakeshott não se satisfaz com o simples diagnóstico do problema, mas se esforçou por trazer à luz a genealogia do fenômeno. Basicamente, a raiz intelectual dessa tendência remonta, para nosso autor, a ao menos desde o século XVI com o pensamento de Bacon e Descartes, com seu ímpeto por fazer tábula rasa de todo o passado a fim de assentar o conhecimento realmente seguro sobre a natureza na luz da própria razão. Noção resumida no *Cogito* cartesiano que duvida de tudo, exceto da capacidade do próprio intelecto. O processo de vulgarização desse racionalismo científico inicial perpassou a vida prática, invadiu todos os âmbitos da vida europeia e apenas fez intensificar ao longo dos séculos.

Contribuiu para a evolução do racionalismo na política o fato histórico de que a política moderna contou com o ingresso de diferentes classes, antes alheias aos meandros da prática política, de modo que a cartilha ideológica lhes caiu muito bem e supriu-lhes a falta de *know how*. Mesmo Maquiavel parece a Oakeshott como um tipo de vanguarda do processo de manualização política. Maquiavel proveu “uma farsa para a política, um treinamento político para compensar a falta de educação na área, uma técnica para um governante que não tivesse tradição alguma. Ele saciou a demanda de sua época” (2016, p. 65). Ainda que o filósofo florentino fosse ciente dos limites do conhecimento técnico na aplicação política, seus seguidores se inspiraram em seu projeto e vulgarizaram-no.

Na esteira disso, Marx e Engels aparecem como a grande epítome do racionalismo político, “a política europeia sem esses autores ainda assim teria se coberto toda pela avalanche racionalista, mas sem dúvida nenhuma que tais autores são os mais destacados artífices da política racionalista”, isso está intimamente conectado ao fato de que os autores voltaram sua obra para uma classe que nunca imaginou, “nem em seus sonhos mais delirantes,



poder se debruçar sobre o exercício do poder de fato” (2016, p. 67-8). São esses alguns dos principais elementos intelectuais e práticos que levaram à soberania da técnica e da ideologia.

Tão grande, segundo Oakeshott, era o domínio do conhecimento técnico e da ideologia que nenhum partido passava sem sua própria política de manuais, essa era uma característica de “quase toda política contemporânea” (2016, p. 59). Não sem ironia, o filósofo britânico argumentou que para os partidos de seu tempo “não ter um caderninho de instruções” equivalia a “manchar a reputação” e isso nada mais é que “a vitória da técnica” (*ibidem*). Agora, para deixar claro, a suspeita que move o mal humor de Oakeshott a respeito desse tipo de política racionalista é que ela é, na melhor hipótese, impraticável, e, na pior hipótese, danosa.

Em primeiro lugar, tal concepção racionalista é ingênua ao conceber a complexidade infinita do social em termos de aplicação de soluções práticas, como se a manutenção da sociedade, por exemplo, se desse no mesmo plano da manutenção de um carro ou de uma ponte, aos quais bastam, em grande medida, a aplicação de um conhecimento de engenharia técnica. Depois, o racionalismo parte de uma avaliação incorreta acerca do conhecimento humano, dado que considera apenas o conhecimento técnico como conhecimento legítimo. E, por fim e mais perigoso, o problema maior não se dá quando o racionalista não consegue aplicar seu programa de manual (esse seria, na verdade, o melhor horizonte, tanto mais se conduzisse o racionalista a reconhecer os limites da técnica), mas justo quando ele logra sucesso, pois “o preço que pagamos por seus logros é uma tirania cada vez mais completa dessa moda intelectual racionalista sobre o todo da vida em sociedade” (OAKESHOTT, 2016, p. 78). Antes fosse apenas ingênuo, porém, é também muito perigosa a prática do racionalismo político ideológico moderno, pois esconde a pior das quimeras políticas: o despotismo e a tirania.

CONCLUSÃO: A crítica do racionalismo moderno e sua utilidade no presente

Avancemos, por fim, três considerações sobre como as provocações de Oakeshott podem auxiliar o pensamento político contemporâneo. Primeiro, a tentação do racionalismo na política pode ocorrer dentro de um amplo espectro de ideologias políticas, sejam elas anarquistas, socialistas, ou fascistas. A mente humana está sempre particularmente vulnerável



a teorias, abstrações e explicações fáceis para a realidade. Talvez a simplicidade dessas teorias tenha maior apelo de massas, dada a maior facilidade de compreensão. Tudo pareceria mais fácil se tivéssemos à nossa disposição um manual de instruções de pronta aplicação na realidade que abarcasse todas as variáveis da ação humana e dos recursos naturais. A tentação da simplificação do real em manuais e ideologias abstratas deve ser resistido por parte daqueles que pretendem defender a dignidade da vida humana. Em contrapartida, a nobreza da virtude prática, da prudência e da *phronesis* política aristotélica devem ser exaltadas, a fim de que a política não seja dirigida pela mentalidade técnico-ideológica.

Em segundo lugar, podemos deduzir da crítica à posição racionalista uma proposição na ordem da ontologia social. As teorias sociais e políticas tendem a se balizar em pressupostos ontológicos a respeito da natureza da sociedade, dos indivíduos, da ordem e da contingência social. O pressuposto que retiramos da crítica ao racionalismo é de que os seres humanos são radicalmente limitados para a tarefa de controle das contingências que abarcam a condição humana. Poderíamos dizer que temos uma limitação natural no que tange à nossa capacidade de controlar e administrar o mundo. Ainda que esse seja um princípio trágico, não é necessariamente pessimista, pois, ainda que não tenhamos a ciência para abolir todos os males, nos é dada a possibilidade de buscar, com moderação, a virtude.

Em terceiro lugar, é preciso recordar que há um mal decorrente da ideologização ao qual nós, amigos da ordem constitucional e do regime liberal democrático, devemos estar sempre em guarda, qual seja, a ameaça à liberdade de pensamento. O modo ideológico como se manifesta a política racionalista é, no limite, o seminário da perseguição e da intolerância, na medida em que aquele que lê o mundo através de simples coordenadas ideológicas é mais facilmente disposto a rejeitar e até odiar perspectivas distintas. Por mais que muitas vezes bem intencionada, é possível que a busca pela realização de ideais elevados, se perseguida de modo obtuso, pode conduzir ao desastre político. Assim, a busca de ideais como igualdade, liberdade ou ordem social, pode levar à intolerância e ao fechamento do livre pensamento e livre discussão. Contra isso, a filosofia política, ao longo de sua história, esteve sempre atenta. E assim deverá permanecer.



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2014.

COUTINHO, João. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas. 2014.

HILL, Robert. **David Hume**. In: STRAUSS, L. & CROPSEY, J.. History of political philosophy. Chicago: University of Chicago Press, 1987, pp. 535-558.

HÖRCHER, Ferenc. **A political philosophy of conservatism: prudence, moderation and tradition**. London: Bloomsbury Publishing, 2020.

KIRK, Russell. **Edmund Burke**: Redescobrimo um Gênio. Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações. 2016.

OAKESHOTT, Michael. **A política da fé e a política do ceticismo**. Trad. L. M. Neto. São Paulo: É Realizações. 2018

_____. **Conservadorismo**. Trad. André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Ayné. 2016.

SILVA, Luis. A política do ceticismo de David Hume e seu suposto conservadorismo. **Revista Pólemos**. Brasília, V. 08, n. 16, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/23732/23413>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

[3] Como nota Hill (1987 p. 556), David Hume “se torna um forte advogado do conservadorismo”, ao passo que funda sua doutrina política no preceito dos costumes e opiniões e tradições políticas herdadas do passado. Para um debate e discussão das nuances desse tema ver Silva (2019)

[4] Para um panorama do pensamento de Burke ver Coutinho (2014) e Kirk (2016).

[5] Para uma aproximação mais detalhada das afinidades entre Oakeshott e Aristóteles ver Hörcher (2020, p.115) Ver também Aristóteles (2014).

SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2024



Biomass do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais

De 23 a 27 de setembro de 2024.

XXXII Seminário de Iniciação Científica
XXIX Jornada de Pesquisa
XXV Jornada de Extensão
XIV Seminário de Inovação e Tecnologia
X Mostra de Iniciação Científica Júnior
II Seminário Acadêmico da Graduação UNIJUÍ

